

PROCEDIMENTO CONCURSAL DE INGRESSO PARA 485 (QUATROCENTOS E OITENTA E CINCO) POSTOS DE TRABALHO DO MAPA DE PESSOAL DO INSTITUTO DOS REGISTOS E DO NOTARIADO, I.P. PARA A CARREIRA E CATEGORIA DE OFICIAL DE REGISTOS

(Aviso n.º 17804/2025/2, de 18 de julho)

PROVA DE CONHECIMENTOS

2.ª Chamada

19 de dezembro de 2025

INSTRUÇÕES PARA A REALIZAÇÃO DA PROVA DE CONHECIMENTOS

Antes de iniciar a prova, leia atentamente todas as instruções. O seu cumprimento é obrigatório.

1. Identificação

- Coloque o seu documento de identificação em cima da mesa, de forma visível.

2. Equipamentos eletrónicos

- Desligue o telemóvel e guarde-o.
Não é permitido manter o telemóvel sobre a mesa.
- Não é permitido utilizar qualquer equipamento com acesso à internet, incluindo: tablets, computadores portáteis, smartphones, smartwatches ou dispositivos semelhantes.
- Não é permitido o uso de auriculares.

3. Material permitido

- Deve manter sobre a mesa apenas:
 - caneta,
 - enunciado da prova,
 - folhas de resposta,
 - material de consulta em suporte físico (quando admitido).
- Preencha a sua identificação na folha própria, em letras maiúsculas, de forma legível e sem rasuras.

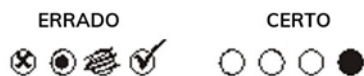
4. Duração da prova

- A prova é individual e tem a duração de **60 minutos**.

- A esta duração acrescem **10 minutos de tolerância**.
- Compete a cada candidato gerir o seu tempo.
- Será dado um aviso **15 minutos antes do final**.

5. Estrutura da prova

- A prova é composta por um total **25 questões de escolha múltipla**, destinando-se a avaliar **conhecimentos jurídicos e de língua inglesa**.
- Cada questão apresenta **4 opções de resposta** (A, B, C, D), sendo **apenas uma correta**.
- As respostas devem ser assinaladas exclusivamente na **folha de respostas**, preenchendo o círculo correspondente à opção seleccionada, que considera correta.
Atenção: a prova é sujeita a leitura ótica; um preenchimento incorreto poderá invalidar a resposta.



- A ausência de resposta, a resposta errada ou a seleção de mais do que uma opção corresponde à atribuição de 0 (zero) valores nessa questão.
- Cada resposta correta será classificada com 0,8 valores.

6. Esclarecimentos, desistências e saídas da sala

- Não deve interromper a prova para solicitar esclarecimentos, salvo se forem absolutamente imprescindíveis.
- Só pode desistir da prova **após decorridos os primeiros 30 minutos**.
Em caso de desistência:
 - deve declará-lo no próprio enunciado,
 - entregar o enunciado e a folha de respostas ao vigilante,
 - abandonar a sala em silêncio.
- Não pode ausentar-se da sala durante a prova, exceto em caso de desistência ou em situações excecionais devidamente avaliadas.
- Os candidatos que terminarem antes do tempo devem igualmente entregar o enunciado e a folha de respostas ao vigilante e manter-se em silêncio caso termine antes dos primeiros 30 minutos.

BOA SORTE!

PROVA DE CONHECIMENTOS

SECÇÃO EM LÍNGUA PORTUGUESA

1) Qual é o prazo máximo de duração de um usufruto simultâneo e sucessivo, a favor de duas sociedades comerciais?

- a) O prazo máximo é de 30 anos.
- b) O prazo máximo é de 40 anos.
- c) O prazo máximo é de 60 anos.
- d) Não é possível constituir um usufruto a favor de sociedades comerciais.

2) Uma doação a um menor carece de aceitação por parte de quem detém o exercício de responsabilidades parentais?

- a) Sim, em todas as circunstâncias.
- b) Sim, desde a aceitação seja prestada até o menor atingir a maioridade.
- c) Não, desde que seja uma doação pura.
- d) Não, em circunstância alguma.

3) António, pai de Bruno e de Carlos, decide fazer uma dação em pagamento de um imóvel a favor deste último, como forma de liquidar uma dívida que tinha para com aquele. Bruno opõe-se à transmissão daquele concreto imóvel a favor de seu irmão porque acalenta a esperança de nele residir. O consentimento de Bruno é necessário?

- a) Sim.
- b) Não.
- c) Sim. O fundamento invocado (direito a uma habitação), justifica a necessidade de consentimento.
- d) Sim, porque prejudica a legítima de Bruno.

4) Qual das opções seguintes é a correta?

A constituição de uma hipoteca não registada é, relativamente a terceiros,

- a) Nula.
- b) Ineficaz.
- c) Anulável
- d) Mera irregularidade.

5) Pode um terceiro dar de hipoteca uma quota em herança indivisa de que é co-herdeiro, composta por um valioso prédio, para garantir o cumprimento de uma obrigação do devedor?

- a) Sim.
- b) Não.
- c) Sim, se todos os interessados estiverem de acordo.
- d) Não, porque um terceiro não pode constituir uma hipoteca para garantir obrigação que não seja sua.

6) Uma sociedade unipessoal por quotas pode constituir uma sociedade anónima de cujas ações ela seja inicialmente a única titular?

- a) Não.
- b) Sim.
- c) Sim, mas apenas se o capital social for igual ou superior a 100.000,00€.
- d) Não pode, exceto se o sócio único da sociedade unipessoal por quotas também participar.

7) Qual é o número mínimo de administradores que um contrato de sociedade anónima com o capital de 1.000.000,00€ deve prever?

- a) 1 administrador.
- b) 2 administradores.
- c) 3 administradores.
- d) 5 administradores.

8) Num contrato de sociedade por quotas com dois sócios, em que cada um tem uma quota de 1 euro, está previsto que um dos sócios tem, como direito especial, dois votos num dos cêntimos da sua quota. Quantos votos são contáveis nas deliberações dos sócios?

- a) 2 votos.
- b) 3 votos.
- c) 200 votos.
- d) 201 votos.

9) Num contrato de sociedade em nome coletivo com entradas em espécie é sempre exigível a verificação das entradas determinada no artigo 28.º do Código das Sociedades Comerciais, elaborado por revisor oficial de contas?

- a) Sim, é sempre exigível.
- b) Não, nunca é sempre exigível.
- c) Sim é exigível, mas pode ser substituído por expressa assunção pelos sócios, no contrato de sociedade, de responsabilidade solidária, mas não subsidiária, pelo valor atribuído aos bens.
- d) Não é exigível nas sociedades em nome coletivo sem capital social.

10) Alina, nacional portuguesa, vivia em união de facto com Bruce, nacional brasileiro. Porém, em 2 de maio do corrente ano, conheceu César, nacional português, e iniciou com ele um relacionamento afetivo. Alina e César casaram em 30 de setembro de 2025. Em 1 de novembro de 2025 nasceu Diana, e César pretende agora ser o seu pai.

Pode presumir-se que César é o pai da Diana?

- a) Como a data da concepção é anterior ao casamento com a mãe não é possível presumir que César seja o pai.
- b) Compete apenas à mãe identificar o pai da Diana.
- c) César é o pai da Diana, porque era casado com a mãe no momento do nascimento.
- d) O pai da Diana é Bruce e não César.

11) Anabela, de 17 anos de idade, e Bernardo, de 25 anos de idade, ambos de nacionalidade portuguesa, pretendem casar civilmente, no dia 20 de janeiro de 2026, dia do aniversário de Anabela. Podem celebrar o casamento civil nesse dia?

- a) Sim, desde que os pais de Anabela tenham dado o seu consentimento antes do dia do casamento.
- b) Sim, desde que os pais de Anabela deem o seu consentimento no dia do casamento.
- c) Não, porque a Anabela é menor no dia do casamento.
- d) Sim, porque a Anabela é maior no dia do casamento.

12) Andreia e Benedito, nacionais portugueses e residentes em Portugal, casaram catolicamente em 27 de fevereiro de 2025, na Igreja de São Pedro, em Sintra, no regime da comunhão geral de bens, conforme convenção antenupcial celebrada por escritura pública no dia 24 de janeiro de 2025.

Porém, devido à sua profissão que os leva a viajar frequentemente para o estrangeiro, pretendem agora alterar o regime de bens do seu casamento para o regime da separação de bens mediante a celebração de uma nova convenção. Podem fazê-lo?

- a) Sim, se ambos estiverem de acordo na alteração.
- b) Sim, se a nova convenção respeitar a forma da convenção anterior.
- c) Sim, porque casaram há menos de um ano.
- d) Não podem fazê-lo.

13) Alzira e Bruno, nacionais portugueses e residentes em Portugal, casaram catolicamente em 3 de setembro de 2024, sem convenção antenupcial. Logo após o casamento as divergências entre o casal conduziram a uma situação de rutura e o casal separou-se de facto um mês depois do casamento, não voltando a coabitar até à presente data. Ana, porém, não quer dissolver o casamento devido às suas convicções religiosas, mas Bruno pretende iniciar um novo relacionamento e quer a dissolução da vida conjugal.

O que pode fazer Bruno para dissolver o casamento?

- a) Pode dirigir-se a uma conservatória do registo civil e requerer o divórcio.
- b) Pode dirigir-se a um tribunal e requerer o divórcio.
- c) Não pode requerer a dissolução porque foi um casamento católico.
- d) Pode dirigir-se a um tribunal e requerer a separação de pessoas e bens.

14) Claudina, de nacionalidade portuguesa e com residência habitual em Portugal, filha de Dionísio e de Esmeralda, casados no regime da comunhão geral de bens, faleceu em setembro de 2025, sem testamento, no estado de casada com Francisco, no regime da separação de bens. À data do óbito Dionísio e Esmeralda estavam vivos, porém residiam no estrangeiro.

Quem são os herdeiros legítimos de Claudina?

- a) Dionísio, Esmeralda e Francisco.
- b) Dionísio e Esmeralda.
- c) Francisco e Esmeralda.
- d) Francisco e Dionísio.

15) Caetano, de nacionalidade portuguesa e residente em Portugal, faleceu em abril de 2025, sem testamento. Caetano era casado com Diana, no regime da comunhão geral de bens, e sua mãe, Emília, ainda era viva à data do óbito.

Qual a quota-parte na herança que pertence aos herdeiros legítimos do falecido?

- a) A Diana pertence metade da herança e a Emília a outra metade.
- b) A herança pertence na totalidade a Diana.
- c) A Diana pertence uma terça parte da herança e a Emília duas terças partes.
- d) A Diana pertence duas terças partes da herança e a Emília uma terça.

16) Os pais, já falecidos, de Cristiano e Dionísio divorciaram-se em 1990 e refizeram a sua vida sentimental com novas relações. Do novo relacionamento do pai nasceu Eduardo, e do novo relacionamento da mãe nasceu Fernando. Quando Cristiano faleceu na sua casa da Quinta da Marinha em 2025, no estado de solteiro e sem filhos, o seu irmão Dionísio, quis efetuar rapidamente a venda da casa, avaliada em três milhões de euros e único bem da herança, e convocou Eduardo e Fernando para uma reunião, a fim de discutir a partilha.

Como deve ser feita a partilha da herança entre os três irmãos?

- a) Cada um dos irmãos recebe um milhão de euros.
- b) Dionísio recebe o dobro do quinhão que cabe a Eduardo e a Fernando.
- c) Eduardo e Fernando recebem duzentos e cinquenta mil euros cada um.
- d) Dionísio recebe um milhão e duzentos e cinquenta mil euros.

17) Cassiano e Deolinda, casados no regime da comunhão de adquiridos, têm dois filhos, Elói e Felismina. Cassiano pretende fazer um testamento público para dispor da quota disponível a favor de Deolinda, e esta, por sua vez, pretende intervir no mesmo instrumento para deixar a sua quota disponível a Cassiano.

Os filhos, Elói e Felismina, não concordam com a feitura do testamento.

É possível a feitura do testamento como é pretendido?

- a) Sim, porque o testamento é um ato voluntário.
- b) Sim, porque é da vontade de ambos os cônjuges.
- c) Não, porque os filhos não concordam com a realização do testamento.
- d) Não, porque não podem testar no mesmo ato duas pessoas.

18) João, pode cumular o exercício de funções de oficial de registos, com a participação em seminários e palestras?

- a) Não, porque as funções públicas de oficial de registos são exercidas em regime de exclusividade.
- b) Sim, mas carece de prévia autorização do Conselho Diretivo do IRN, I.P., nos termos previstos na LTFP.
- c) Sim, mas carece de prévia autorização do Conservador do Serviço de Registo onde exerce funções e do Conselho Diretivo do IRN, I.P., nos termos previstos na LTFP.
- d) Sim, mas carece de prévia autorização do Conservador do Serviço de Registo onde exerce funções, nos termos previstos na LTFP.

19) Na carreira especial de Oficial de Registos, a 3ª posição remuneratória corresponde a que nível remuneratório?

- a) 19.
- b) 23.
- c) 27.
- d) 39.

20) Um trabalhador em funções públicas que retire vantagens, diretas ou indiretas, pecuniárias ou outras, para si ou para terceiro, das funções que exerce viola o dever de:

- a) Correção.
- b) Isenção.
- c) Zelo.
- d) Obediência.

21) O direito de audiência prévia dos interessados no procedimento administrativo constitui uma manifestação do:

- a) princípio da decisão.
- b) princípio da participação.
- c) princípio da precaução e da igualdade.
- d) princípio do contraditório.

22) Existe deferimento tácito quando:

- a) Os interessados, mediante requerimento escrito, desistem do procedimento administrativo.

- b) O procedimento administrativo, por causa imputável ao interessado, esteja parado por mais de seis meses.
- c) A lei ou o regulamento determine que a ausência de notificação da decisão final sobre pretensão dirigida a órgão competente dentro do prazo legal tem o valor de deferimento.
- d) O procedimento administrativo, por causa imputável ao órgão competente, esteja parado por mais de seis meses.

23) Qual destes direitos pode o titular dos dados exercer junto do IRN?

- a) Direito de acesso.
- b) Direito de retificação.
- c) Direito à informação.
- d) Todas as anteriores.

SECÇÃO EM LÍNGUA INGLESA

24) The principle of data minimisation means:

- a) collecting only data sufficient to properly fulfil your stated purpose.
- b) collecting only data adequate, relevant and limited to what is necessary in relation to the purposes for which they are processed.
- c) collecting only sensitive data.
- d) Storing data for the minimum period, regardless of the purpose.

25) In the Portuguese legal system:

- a) International law has a legal value lower than the law.
- b) International law has a legal value higher than the Constitution.
- c) International law is applicable under different conditions depending on the source.
- d) None of the above.